

Collor é o primeiro a assinar a convenção de clima

Liana John



Rio de Janeiro (AE) - A complexidade das negociações, que teria impedido a concretização de expectativas mais otimistas, foi a tônica do discurso do presidente Fernando Collor ao abrir, na manhã de ontem, a cerimônia de assinatura da Convenção de Mudanças Climáticas. "Mas o essencial é que temos uma convenção, cujos mecanismos abrem campo para sucessivos comprometimentos das obrigações que estamos contraindo", disse o presidente.

O gesto de Collor, de assinar pessoalmente o texto, foi bastante aplaudido pelos diplomatas presentes à cerimônia e muito elogiado pelo secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Boutros Ghali, e por Jean Ripert, que presidiu as negociações da convenção.

À tarde, assinaram a convenção a ministra da Saúde e Integração Social da Bélgica, Laurette Onkelinx, e os representantes da Noruega, Liechtenstein, Austrália, Uruguai, Finlândia, Israel e Nova Zelândia.

As entidades ambientais Greenpeace e World Wildlife Fund for Nature (WWF) estão com seus lobistas nos corredores do Riocentro, pressionando as delegações para conseguir o maior número de assinaturas possível.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT

Rio de Janeiro 3-14 June 1992



Collor foi bastante aplaudido durante a assinatura da convenção de clima

Já que a batalha por mudar o texto está temporariamente perdida, os ambientalistas pretendem pressionar para colocar a convenção em vigor o mais rápido possível. Depois do Rio-92, a convenção fica aberta para adesões durante um ano na ONU e são necessários 50 assinaturas ratificadas para o texto entrar em vigor. Os ambientalistas vão continuar as pressões também após a Rio-92, para garantir que os países adotem planos nacionais para a redução de gases do efeito estufa.

A preocupação com as críticas ao texto da convenção, considerado vago por alguns países e por ambientalistas - transpareceu nos discursos de Ghali e Ripert. Ripert chegou a convidar a imprensa para ler o texto e verificar os compromissos dos países industrializados.

zados de adotar políticas e medidas para conter as alterações climáticas e proteger os sumidouros de gases do efeito estufa.

Para o ministro Luiz Felipe Macedo Soares, um dos negociadores brasileiros desta convenção, os termos não são tão vagos. "O documento estipula metas de redução das emissões. Apenas a forma de enunciar não é tão taxativa", disse. Segundo ele, somente os países em desenvolvimento estão livres da obrigação de reduzir os gases do efeito estufa.

O secretário interno do Meio Ambiente e ministro da Educação, José Goldemberg, considerou que as duas maiores virtudes do texto são a criação de um fundo para financiar as medidas de redução das alterações climáticas,

com dinheiro dos industrializados, e o estabelecimento dos relatórios sobre as emissões, políticas e medidas de cada país.

O ministro do meio ambiente da Itália, Giorgio Ruffolo, apóia o lobby dos ambientalistas e continua circulando com sua proposta de taxar as emissões de gás carbônico, através de um imposto de 3 dólares por barril de petróleo, a ser pago pelos países industrializados. Essa cobrança de impostos renderá cerca de 70 bilhões de dólares anuais, a ser dividido entre os países da Comunidade Econômica Europeia, para compensar outros impostos e incentivar a criação de empregos; para esses países investem em programas ambientais e para transferirem tecnologias limpas para os países em desenvolvimento.

Mundo deverá ter 23 megalópoles na virada do século

Rio de Janeiro (ABR) - A cientista norte-americana Janice Perlman, coordenadora do Projeto Mega Cidades, disse ontem que até o ano 2000, existirão no mundo mais 23 megalópoles, das quais 18 no Terceiro Mundo. Janice, que participa do Fórum Global, realizado paralelamente ao Rio-92, explicou que estas cidades, com mais de 10 milhões de habitantes, terão condições ambientais sofríveis e suas populações baixa qualidade de vida, se não houver uma mudança do modo de vida nas grandes cidades. O projeto tem o apoio de comitês em 16 capitais, entre elas o Rio de Janeiro.

A cientista apresentou também resultados dos estudos sobre reciclagem de lixo e prevenção da poluição, já realizados no Rio, São Paulo, Cairo (Egito), Nova York, Cidade do México, Londres e Tóquio. Segundo Janice, a concepção de cidade adotada hoje está defasada 100 anos. Ela explicou que as experiências desenvolvidas pelos grupos não-governamentais e pelos governos

dos países onde o trabalho foi feito demonstram que soluções adotadas num determinado país, de Primeiro ou Terceiro Mundo, podem ser transferidas para outro, com sucesso.

De acordo com Janice Perlman, a experiência de São Paulo, por exemplo, de criar o "alente 2", deverá ser adotada em Nova York. O projeto, dirigido aos motoristas da capital, é acionado às vezes que a poluição chega a níveis insuportáveis no centro da cidade. O motorista é informado através de painéis fixados nas ruas, e passa a utilizar as vias afastadas do centro para diminuir a liberação de monóxido de carbono nas áreas mais poluídas. Outra experiência a ser adotada em Nova York será a do prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, de licitar lixo para reciclagem, por passagem de ônibus.

No Brasil, o Projeto Mega-Cidades tem o apoio do Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (Ibase), uma organização não-governamental mantida com cooperação internacional.

Darcy diz que Amazônia não precisa de tutela

Rio de Janeiro (ABR) - O senador Darcy Ribeiro (PDT/RJ) condenou ontem, em palestra no Fórum Global, a proposta de tutela dos países amazônicos. Ele destacou que a floresta não precisa de tutela, mas de cooperação internacional para ajudar sua preservação, porque apesar de devastada por cinco séculos de civilização, a Amazônia ainda detém três milhões de quilômetros quadrados de mata original intocada, que constitui o maior núcleo planetário de biodiversidade.

Para Darcy Ribeiro, os que culpam o desflorestamento e as queimadas na Amazônia pelo efeito estufa, estão completamente errados. "Neste núcleo, abriga-se a metade dos seres vivos distribuídos em milhões de espécies, que representam uma terça parte do estoque genético que conta a humanidade", afirma. "Constitui assim, um imen-

so banco de genoplasmata, de que dependem todos cada vez mais, tanto para a produção de fármacos, como de alimentos, de madeiras e de muitas outras coisas".

O senador destacou que, apesar dos custos errados de muitas pessoas sobre a Amazônia, a principal tábua de salvação com que os brasileiros contam para preservar a floresta é a opinião pública internacional. "A opinião pública reclama, às vezes, com base em argumentos errôneos, mas suas reclamações tendem a repercutir no mundo dos ricos, os 'indiferentes', afirmou Darcy Ribeiro foi convidado para o "Open Fórum", no Fórum Global, por sua iniciativa de criar o Parque Nacional do Xingu, em 1954, durante o Governo Getúlio Vargas, e por sua vivência durante 10 anos entre os povos da Amazônia e do Pantanal.

Europeus defendem apoio aos países pobres

Rio de Janeiro (AE) - Os países desenvolvidos da Europa estão assumindo uma posição liberal no Rio-92, alinhando-se com as propostas de apoio financeiro e tecnológico dos ricos para o desenvolvimento sustentável das nações pobres. No plenário da reunião de cúpula da ONU, ontem de manhã, os ministros do Meio Ambiente da Itália, Giorgio Ruffolo, e da França, Segolene Royal, expuseram a disposição de seus países neste sentido.

Da mesma forma, o presidente do Banco Mundial, Lewis Preston, fez uma conferência incisiva com um recado aos representantes do mundo industrializado: "Os países ricos é que terão de assumir a responsabilidade primária pelo equacionamento dos problemas mundiais do ambiente, causados em grande parte por eles", avisou. E acrescentou: "Cabe aos ricos compartilhar com os países em desenvolvimento a tecnologia de proteção ao meio ambiente e lhes dar o apoio financeiro necessário".

A França manifestou seu favorável à presença decisiva dos países do Norte na reconstituição do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) - criado há um ano no âmbito das Nações Unidas e gerido pelo Banco Mundial - e propôs a democratização do seu funcionamento "para atender às aspirações legítimas dos povos do Sul", o que implicaria a admissão dos países do Terceiro Mundo na sua gestão.

Já o ministro italiano informou que a posição de seu país é favorável a que o Norte "participe do ônus para tirar o mundo subdesenvolvido da pobreza", dentro de um conjunto de propostas para a preservação do meio ambiente que inclui a criação de um imposto sobre o consumo de energia e de carvão, a ser pago pelos países industrializados, e aplicação de incentivos fiscais.

Giorgio Ruffolo disse que as nações ricas "só terão razão de defender o desenvolvimento sustentável no Terceiro Mundo se estiverem dispostas a pagar a conta". E, em tom de gozação, ainda deu um recado aos norte-americanos, que reatam em canalizar recursos para tirar o mundo subdesenvolvido da pobreza: "Vale repetir a máxima que os nossos amigos americanos nos ensinaram - nenhuma representação sem taxação".

O presidente do Banco Mundial anunciou o retorno do apoio financeiro do banco aos programas que contêm a proteção ambiental, nas áreas de abastecimento de água e saneamento, reflorestamento, pesca e extensão agrícola, conservação de energia, saúde e educação. Ele incluiu entre as áreas prioritárias para o BID a participação familiar e avisou que na educação passará a ser dar ênfase especial ao apoio à "educação das mentes".

França volta atrás e assina convenção

Rio de Janeiro (ABR) - A França decidiu assinar a Convenção sobre Diversidade Biológica (biodiversidade) - a mais polêmica das duas que serão referendadas durante a Rio-92. A decisão foi anunciada ontem de manhã, durante a reunião plenária, da qual participam apenas os chefes de Estado, de Governo e de delegações estrangeiras, pela ministra do Meio Ambiente do governo francês, Segolene Royal.

Entre os 12 países da Comunidade Econômica Europeia (CEE), falta apenas a Inglaterra se posicionar sobre o tratado. Além da Inglaterra, o Japão também está reticente quanto à assinatura. O único país que decidiu oficialmente não assinar a convenção foi os Estados Unidos, cujo anúncio foi feito no dia 30 de maio último pelo presidente George Bush. Mesmo assim, os negociadores da Rio-92 estão em campo no Riocentro para reverter a posição norte-americana.

A Convenção sobre Biodiversidade será colocada à disposição para a coleta de assinaturas a partir de hoje numa solenidade e ser presidida pelo presidente Fernando Collor até as 15 horas no Riocentro. Collor será a primeira autoridade a assinar a convenção. A segunda, será o diretor do Programas das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), Mostafá Tolba.

Quando à convenção sobre clima, cujas assinaturas começaram a ser colhidas ontem, há um consenso entre os 178 países participantes da conferência em assistência, segundo disse o porta-voz da delegação brasileira, embaixador Luis Augusto de Araújo Castro. O consenso existe também em torno da Declaração do Rio de Janeiro, a ser referendada apenas

Agência Brasil



A ministra do meio ambiente da França, Segolene Royal, anunciou ontem que assinará a Convenção da Biodiversidade

no dia 14, quando termina a conferência.

"O espírito que prevalece é o de não mudar o texto", disse Araújo Castro. Não há acordo ainda sobre a Agenda 21, que são os mecanismos a serem adotados para a implementação da Declaração do Rio e também sobre a Declaração de Princípios sobre Florestas.

Ontem, o porta-voz adjunto da delegação brasileira, Julio Bittelli, explicou que são necessárias apenas 30 assinaturas para a Convenção sobre Biodiversidade se tornar legal. Para a convenção de clima, o número exigido é de 50 assinaturas. Quem não assinar as duas convenções no Rio terá prazo de um ano para fazê-lo, a partir do dia 20 de junho, na sede da ONU em Nova York.

Mesmo com esse prazo, os países que não aderirem poderão, em qualquer época, adotar a convenção, através de um protocolo a ser encaminhado à ONU, após a aprovação do texto pelos seus parlamentos. Um exemplo desse procedimento foi a adesão do Brasil, em 1990, ao protocolo de Montreal, que trata da proteção da camada de ozônio, originada da Convenção de Viena, criada no final da década de 80.

Em relação à Convenção de Mudanças Climáticas, onde os países industrializados, principalmente os EUA, conseguiram durante as reuniões preparatórias, da qual resultaram os documentos trazidos ao Rio - evitar que fossem incluídos limites quantitativos sobre as emissões de gases poluentes, há uma chan-

ce de vários pontos serem revisitos em reuniões posteriores dos países signatários. Inclusive, poderiam ser revisitos ainda os índices quantitativos sobre as emissões.

A assinatura da Convenção sobre Biodiversidade interessa principalmente aos países pobres e em desenvolvimento. E esses países que estão concentrados às margens riqueza animais e vegetais do planeta, precisam à criação de tecnologias novas, principalmente nas áreas agrícola e de saúde. Pela convenção, os países do Terceiro Mundo poderão ter assegurados recursos para a preservação de seu meio ambiente e a transferência de tecnologia "limpa", entre eles para promoverem o desenvolvimento sustentável.